

BANCO PROPÕE MANUTENÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO POR SEIS MESES

Instituição financeira planeja reestruturação de custos e pretende compensar o programa próprio na PLR da CCT; em contrapartida oferece manutenção do nível de emprego aos funcionários. Decisão cabe aos trabalhadores em assembleia

O Banco PAN procurou a Contraf-CUT e sindicatos para informar que planeja uma reestruturação de custos e que isso resultará no corte de 30% do seu quadro de funcionários. A Contraf-CUT cobrou, em diversas mesas de negociação com a nova diretoria do banco, alternativas para evitar as demissões.

“Insistimos com o PAN que procurasse outras saídas que não passassem pela demissão de trabalhadores. E também reivindicamos que não houvesse o desligamento de nenhum empregado enquanto estivéssemos negociando, o que foi acatado pela direção do banco”, informa o dirigente sindical da Fetec-CUT/SP Jair Alves.

Após as cobranças da Contraf-CUT, o banco então propôs como alternativa compensar, este ano, o programa próprio de resultados (PPR) da PLR da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

Desde 2012, o Banco PAN assina com a Contraf-CUT um acordo de programa próprio de resultados. Esse programa é creditado aos funcionários sem prejuízo do que cada um recebe como PLR da Fenaban. Mas em 2017, o Banco PAN compensou o programa com a PLR da CCT, mesmo sem ter essa previsão no

acordo, por deliberação própria e sem qualquer negociação. A Contraf entrevistou e o banco teve de acertar as contas com os trabalhadores, pagando o que havia compensado indevidamente.

Desta vez, o banco procurou a Contraf-CUT para negociar a compensação. E informou a necessidade de redução de custos para o exercício de 2018, o que resultaria inevitavelmente na dispensa de um grande número de trabalhadores (cerca de 30% dos trabalhadores). A Contraf não concordou com as demissões e cobrou uma nova proposta do PAN. “Foi então que o banco apresentou a proposta de manter o nível do quadro de funcionários até 31 de dezembro deste ano. Voltamos a questionar e reivindicamos a estabilidade no emprego por um ano. O banco negou e apresentou contraproposta de manutenção do quadro de funcionários por seis meses”, explica Jair Alves. Além disso, a Contraf reivindica a manutenção do nível salarial.

A manutenção de seis meses passaria a contar a partir da assinatura do acordo aditivo com o banco. Mas essa proposta precisa ser aprovada pelos funcionários do Banco PAN – cerca de 2.200 em todo o país, dos quais 60% estão na cidade de São Paulo –, em assembleias a serem realizadas pelos sindicatos, em datas a serem definidas. ◆

SINDICATO SEMPRE LUTOU PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES DO PAN

A mobilização do Sindicato por valorização e melhorias para os funcionários da instituição financeira é antiga. Desde a década de 1990, quando era Panamericana Cartões de Crédito, uma financeira do grupo Silvio Santos. “Desde essa época, procurávamos negociar a regulamentação dos funcionários da Panamericana Cartões de Crédito, que eram enquadrados como promotores de crédito, e cobrávamos que fossem considerados financeiros ou bancários”, conta o dirigente sindical Jair Alves.

A Panamericana Cartões entrou em uma grave crise financeira e, em 2012, o governo federal interviu para evitar as demissões de milhares de trabalhadores. As ações da em-

presa passaram então para as mãos da CaixaPar, uma subsidiária da Caixa Econômica Federal, e para o Banco BTG Pactual.

No mesmo ano, o Sindicato procurou o banco, já sob nova direção, para regulamentar a situação dos funcionários. Com a pressão do movimento sindical, parte deles se tornaram bancários, mas não a totalidade. O processo negocial com o banco continuou e, em 2015, outra vitória: mais de 300 funcionários de São Paulo da mesa de crédito, que ainda estavam na categoria de comerciários, passaram a ser reconhecidos como bancários.

Em 2016, nova conquista. Em negociação com o banco, o Sindicato conseguiu o reconhecimento como

bancários de 1.400 comerciários das lojas PAN Serv (ainda do tempo da Panamericana Cartões) em todo o país. “Esses trabalhadores executavam trabalho bancário, mas não pertenciam à categoria. Com a luta do movimento sindical, eles passaram a usufruir de todos os direitos da CCT, como PLR, vales refeição e alimentação e etc. Muitos deles recebiam vales de R\$ 80 e no mês seguinte, com o enquadramento como bancário, passaram a receber R\$ 737”, comemora o dirigente.

“Temos, portanto, uma longa história de luta em defesa dos trabalhadores da empresa. E mais uma vez estamos negociando pela defesa de seus direitos”, conclui Jair Alves.